

## **ESPERANDO GODOT**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Estado de S.Paulo, 20.08.1991*

Nestes últimos meses a sociedade e o governo brasileiro parecem estar imobilizados, "à espera de Godot". A esperança existe. Tudo poder afinal se resolver. Por "um choque positivo externo", "pelas forças do mercado". Mas nada se faz, a não ser esperar. A esperar cada vez com menos esperança. Enquanto a inflação não para de se acelerar e já atingiu os dois dígitos.

Beckett foi o mestre do teatro do absurdo, mas não há nada de absurdo no problema mais geral que ele nos apresenta através de seus dois personagens, em uma encruzilhada, esperando um Godot que jamais chega. Esta é uma situação paradigmática da condição humana, que hoje se repete de maneira dramática no Brasil.

É compreensível que isto ocorra. Depois de um grande esforço, de uma tensão concentrada, como foi a do Plano Collor I, não há outra alternativa senão um certo grau de afrouxamento. Depois da sístole, a diástole. Depois do "hard" o "soft". No período Collor-Zélia o governo confrontou toda a sociedade para eliminar a inflação. Exigiu sacrifícios de todos. E falhou. Agora negocia, concilia, entra em compasso de espera.

Sem dúvida é necessário lembrar que Marcílio e sua equipe estão há pouco mais de dois meses no governo. Ainda não tiveram tempo de definir uma política, muito menos de implementá-la. Enquanto isto, porém, a inflação volta a se acelerar. Gradualmente, mas de forma inexorável. Por que? Porque o último congelamento, com seu tarifaço, já trazia embutido o desequilíbrio dos preços relativos que funciona como motor da inflação inercial ou autônoma; porque o "resíduo inflacionário" pós-congelamento superior a 5 por cento deixava claro que não restaria outra alternativa aos agentes econômicos após o plano senão engajarem-se novamente no jogo inercial de indexarem seus preços e aumentá-los defasada e alternadamente, de forma a garantir sua participação na renda; porque, neste processo de conflito distributivo, os agentes econômicos, a partir de sua experiência anterior de aceleração inflacionária, ao indexarem seus preços acrescentam um adicional à inflação passada de forma a se protegerem contra a provável aceleração da inflação; porque, ao assim agirem,

transformam suas expectativas em uma profecia auto-confirmatória; e, finalmente, porque sabem que, estando o Estado falido, não tem condições de garantir a estabilidade da moeda, e acabará sancionando a inflação em curso com o aumento da base monetária.

Veremos, assim repetida no segundo semestre de 1991 a aceleração da inflação ocorrida em 1990. A diferença está no fato de que, em 1990, a partir de maio, havia uma política definida (embora equivocada) de combater o resíduo inflacionário deixado pelo congelamento de 16 de março: uma política monetarista clássica, baseada na definição de uma meta de crescimento da base monetária, que tudo subordinava ao atingimento dessa meta. Afinal, como previa a teoria neo-estruturalista da inflação inercial ou autônoma, essa meta não foi cumprida. Mas, até dezembro, tudo foi feito para que ela fosse atingida: o ajuste fiscal foi forte, produzindo consecutivos superávits de caixa do Tesouro e, afinal, um superávit operacional (NFSP) de aproximadamente 1 por cento do PIB; as emissões foram severamente controladas, exceto em setembro quando a ameaça de falências em cascata no sistema financeiro obrigou o Banco Central a afrouxar seus controles; a política cambial foi subordinada à meta monetária; a taxa de juros real foi mantida sempre alta; e, finalmente, o governo "logrou", porque este era seu objetivo, provocar uma forte recessão na economia.

Esta política monetarista estava equivocada e falhou, apesar de todas as previsões otimistas do governo e dos economistas que de uma forma ou de outra acabam pensando na inflação brasileira em termos convencionais, conforme se ensina nos livros-texto. Mas era, de qualquer forma, uma política. Agora nem isso temos. Não há política. Voltamos a uma espécie de política do "arroz com feijão".

O que resta a saber é se esta é realmente uma atitude passageira do governo, enquanto recupera forças, ou se é uma opção definitiva. Prefiro supor que a primeira alternativa seja a correta. Mas é preciso admitir que, freqüentemente, o que se pretende passageiro se torna permanente pelo simples fato que, depois, torna-se impossível romper a inércia, vencer o acomodamento.

Na sociedade brasileira não existe ainda suficiente indignação para que nela própria tenha origem o consenso quanto às medidas heróicas necessárias. No início de 1990, com a hiperinflação e as esperanças em um novo governo, algum tipo de consenso se formou. Havia a disposição para aceitar sacrifícios. Os sacrifícios foram, entretanto, inúteis. E agora é toda a sociedade que se acomoda, que afrouxa. O governo acompanha a sociedade com o seu estilo "soft", com o novo arroz com feijão, talvez esquecido que essa política resultou afinal na hiperinflação.

Acredito que a nova equipe econômica tentará romper com esse estado de coisas. Mas se insistir em medidas graduais, não terá êxito. Porque a inflação continuará a se acelerar. E governo, ao invés de estar reunindo forças, estará se

enfraquecendo cada vez mais, dominado, de um lado pela crescente perda de apoio, de outro, pela acomodação geral; e assediado pelo populismo, pela corrupção, pelo fisiologismo, pelos interesses regionais, que nesses momentos de afrouxamento encontram campo fértil para suas investidas. Se isto for verdade, mais provável é que fiquemos todos esperando Godot, enquanto a inflação se acelera e a crise brasileira se agrava.